

Ministro prevê liberar até R\$ 10 bi neste ano

Por Fábio Pupo e Bruno Peres |
De Brasília

O Ministério do Planejamento ainda trabalha com a expectativa de liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões do Orçamento deste ano para o funcionamento de órgãos do governo. A decisão sobre o afrouxamento nos gastos, no entanto, depende de uma análise mais profunda sobre as receitas e despesas do ano.

"Continuo com essa expectativa, mas só vamos saber disso na semana que vem, talvez na quinta-feira", afirmou o ministro Dyogo Oliveira. A liberação passou a ser discutida após a aprovação da nova meta fiscal para 2017, agora um déficit de R\$ 159 bilhões.

O Ministério da Defesa, por exemplo, espera receber R\$ 2,5 bilhões. Outros órgãos públicos federais se queixam da falta de recursos para manter suas atividades, entre elas a Polícia Federal, áreas de pesquisa e tecnologia, universidades e setores da saúde.

De acordo com a avaliação da equipe econômica, o gasto adicional

só não teria aval caso houvesse novas frustrações de receitas que possam ameaçar o cumprimento da meta. Por isso, a decisão final sobre a liberação depende dos estudos para a confecção do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que precisa ser publicado até o dia 22.

Um dos pontos de atenção é o leilão de hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que arrecadaria R\$ 11 bilhões aos cofres públicos, mas está sendo questionado na Justiça.

Para fechar as contas, Oliveira pode desistir de uma viagem oficial que faria na próxima semana aos Estados Unidos, para ter mais tempo para preparar o relatório. O documento é a prioridade nesta e na próxima semana para a pasta - que vai deixar o envio do novo Orçamento de 2018 em segundo plano.

Mesmo com o aumento do déficit, a equação para cumprir a meta deste ano ainda demanda trabalho da equipe econômica. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, já afirmou que a cifra é "ousada e apertada".

Planejamento projeta volta de investimentos

Por Edna Simão e Fábio Pupo |
De Brasília

O processo de desalavancagem das empresas deve ser intensificado neste segundo semestre e, junto com a queda da taxa de juros, vai impulsionar os investimentos nos próximos meses. Essa é a avaliação do secretário de Planejamento de Assuntos Econômicos, Marcos Ferrari, que vê nesse e em outros indicadores motivos para crer que o país está definitivamente saindo do período de recessão.

A taxa de investimento chegou a 15,5% do PIB no segundo trimestre, o pior para o período desde, pelo menos, o ano 2000. Mas, na visão do governo, o consumo em alta vai puxar a melhoria da atividade em outros indicadores. "Conforme as pessoas ganham renda, isso aquece a economia e faz com que empresas contratem mais", diz.

Para o governo, os recordes na bolsa e o avanço do real frente ao dólar são sinais de que o mercado também voltou a enxergar fundamentos sólidos no Brasil. O discurso otimista é feito depois da surpresa com a aceleração da atividade no segundo trimestre. Ferrari afirma que, até conhecer os dados de maio, a equipe econômica esperava um PIB negativo. No fim das contas, o país cresceu 0,2% na comparação contra o primeiro trimestre, na série com ajuste sazonal.

"Os dados do segundo trimestre

mostram que saímos da rota de recessão", disse. Um dos destaques foi o consumo das famílias, que voltou a crescer após nove trimestres - com expansão de 1,4% contra o trimestre imediatamente anterior. Para o governo, o desempenho foi impulsionado por medidas como aquela que permitiu o saque de R\$ 44 bilhões de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Agora, com o crescimento gradual da economia, a avaliação é de que a recuperação da receita começará a aparecer - embora em ritmo mais lento do que havia no passado. Isso acontece porque, assim como a Receita Federal vem reforçando, o recolhimento de tributos no país está concentrado na indústria, que vem sofrendo com a recessão econômica.

O setor de serviços, no entanto, tem apresentado melhora, mas o peso na receita é menor. Ferrari citou que a mudança de comportamento do brasileiro, utilizando mais serviços digitais como o aplicativo de transporte Uber e plataformas de filmes e séries por streaming como o Netflix, acaba impactando na arrecadação. Para ele, é preciso fazer uma análise melhor sobre o assunto para, se for o caso, fazer ajustes do ponto de vista regulatório assim como arrecadatário.

"Talvez a receita responda de forma diferente hoje", frisou Ferrari, acrescentando que isso é algo que exige um estudo detalhado para

avaliação dos impactos. Segundo ele, nos anos de 2010 e 2011, o crescimento do PIB tinha um impacto quase que imediato na arrecadação. Agora, tende a responder de forma mais lenta devido ao surgimento de novos produtos e mudança de hábito dos brasileiros.

Ferrari lembrou que a crise atual no país se assemelha com a americana ocorrida em 2008, em que a economia caiu durante muito tempo e a recuperação também exigiu um tempo maior. "A economia brasileira segue robusta. Temos fundamentos sólidos. Temos queda da inflação, que é positivo, e abre espaço para afrouxamento da política monetária", frisou o secretário, ressaltando ainda o setor externo pujante e a manutenção do patamar de investimentos estrangeiros no país.

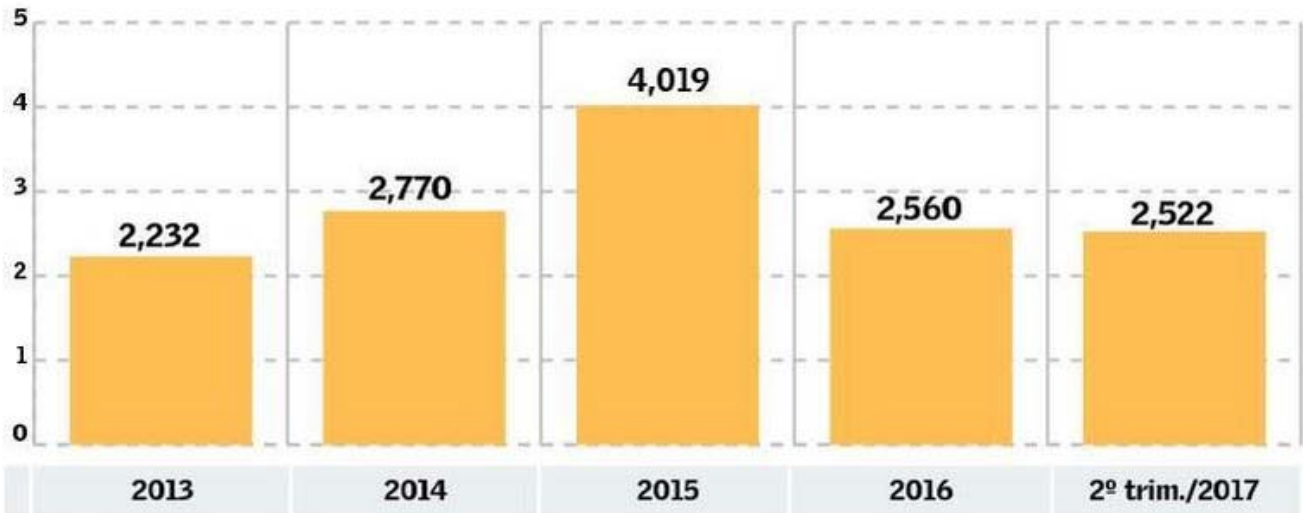
Ele ressaltou ainda que o resultado fiscal do governo está ancorado, o que pode ser confirmado pela expectativa de risco-país. Pelas estimativas da área econômica, o país só voltará a registrar superávit primário em 2021. "A situação fiscal está controlada mesmo com a revisão da meta", frisou. O secretário disse, no entanto, que o país precisa focar na aprovação de reformas como da Previdência Social e a do Funcionalismo Público Federal. "A sociedade está começando a perceber o problema fiscal que temos", afirmou, referindo-se a reforma da Previdência Social. "Estou otimista em relação à reforma."





Alívio

Dados de 221 empresas mostram redução da alavancagem financeira



Fontes: CVM, empresas e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Alavancagem medida pela relação entre dívida financeira e o Ebita acumulado em 12 meses. Números consideram empresas não-financeiras de capital aberto com dados disponíveis em todo o período.

O bolo da educação

O consenso na sociedade em torno da necessidade de aprimorar a educação se reflete, com nitidez, nos orçamentos governamentais.

Conforme números recém-divulgados pela OCDE, o ensino público recebe 5,4% da renda nacional no Brasil, acima da média de 4,8% nos 35 membros da entidade, que reúne países mais desenvolvidos.

A cifra, semelhante à estimada pelo governo brasileiro (5% do PIB), corresponde ao dobro do que se aplicava no setor nos anos 1970.

Mede-se, com o cálculo do gasto como proporção do PIB, o grau de prioridade atribuído a determinado objetivo —que parcela dos recursos disponíveis é direcionada a esta ou aquela atividade.

Por esse critério, a educação aparece como segunda maior despesa finalística do Estado brasileiro, atrás apenas da Previdência (não entram nessa conta os juros da dívida, encargos não finalísticos).

Mas, se a importância relativa conferida ao setor no Brasil acompanha os padrões das nações ricas, o mesmo não se pode dizer, infelizmente, das somas absolutas vertidas na formação de cada aluno.

O gasto médio por estudante, aqui, é de US\$ 5.600 anuais, pouco mais da metade dos US\$ 10.800 na OCDE, em valores ponderados pelo poder de compra das moedas. A diferença se mostra particularmente

dramática no nível fundamental: US\$ 3.800 contra US\$ 8.700.

A explicação óbvia é que nos falta PIB —riqueza material. Mais complexo é como lidar com tal deficiência. Boa parte dos militantes da educação advoga que se amplie a fatia da renda nacional a ela direcionada. Tal estratégia está circunscrita, porém, a limites severos.

Em situação normal já seria descabido expandir a despesa rumo aos 10% do PIB, meta fixada em lei. Outras áreas teriam de sofrer cortes drásticos, ou a excessiva carga tributária subiria ao insuportável.

Com o atual colapso orçamentário, mesmo uma alta modesta do percentual soa pouco realista.

Acelerar o crescimento econômico é, sim, imperativo. Entretanto não se trata de, como na tese tosca atribuída à ditadura militar, fazer o bolo crescer para distribuí-lo.

Nas próprias verbas do ensino, cabe melhor distribuição, com maior ênfase no aprendizado básico. Nesse caso, a mudança demográfica do país ajuda: com a queda do número de crianças, a despesa média por aluno cresce no Brasil em taxa superior à de qualquer país pesquisado no relatório da OCDE.

Resta converter o ganho quantitativo em qualidade, o que passa por reformas na formação, nos salários e no regime de contratação dos professores da rede pública.

Governo quer cortar um terço das estatais

Número deve cair de 154 para 100 ao final do processo de privatização; em um ano, empresas foram de prejuízo de R\$ 32 bi a lucro de R\$ 4,6 bi

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A nova rodada de privatização das estatais federais vai reduzir em um terço o número de companhias do governo, nos cálculos do secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Ribeiro Soares. O número de empresas já caiu este ano de 154 para 150 e deve diminuir para cerca de 100 ao final do processo de privatizações das empresas anunciado recentemente.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, Soares disse que o enxugamento visa a tornar os grupos empresariais estatais "mais leves" garantindo mais retorno ao governo federal. "É uma maldade dizerem que buscamos com as privatizações só o resultado fiscal. Queremos promover a racionalidade", disse o secretário.

Só a venda da Eletrobrás será responsável por diminuir em 38 a quantidade de estatais federais. A operação incluirá a holding e todas as suas subsidiárias, com exceção da Eletronuclear, que

opera as usinas de Angra dos Reis. O governo também trabalha para se desfazer das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), empresas formadas pela Eletrobrás em parceria com outras companhias e que têm um objetivo definido.

Antes mesmo de colocar em prática esse enxugamento mais drástico, o governo adotou medidas para melhorar os resultados das estatais. O conjunto de empresas federais saiu de um prejuízo de R\$ 32 bilhões, no resultado global em 2015, para um lucro de R\$ 4,6 bilhões em 2016. O desempenho, que incluiu 154 empresas, só foi fechado ontem pelo Ministério do Planejamento e divulgado com exclusividade ao Estadão/Broadcast.

Para o secretário, em 2017 o desempenho será ainda melhor, também por causa das duas maiores companhias estatais. "O resultado de R\$ 4,6 bilhões para 2017 é piso. Vamos melhorar mais ainda", garantiu. "A tendência é que os resultados das Eletrobrás e Petrobrás venham a melhorar por tudo que está sendo feito."

Desinvestimento. No caso da Petrobrás, o secretário citou a política de desinvestimentos, centrada na venda de empresas que não atuam na área prioritária de exploração, produção e refino de

petróleo. Para ele, a melhora do resultado das estatais é muito relevante para as contas do governo por três razões: evita a necessidade de aportes com recursos do Orçamento com impacto nos gastos primários; melhora o repasse de dividendos, e barra o risco de que empresas hoje não dependentes se tornem no futuro dependentes do Tesouro Nacional.

Pelo menos duas estatais correm o risco de passar a depender do Tesouro: Infraero e Correios. "Infraero está no radar, estamos preocupados", disse o secretário, ressaltando a importância do trabalho de reformulação que está sendo feito nas duas empresas. No caso da estatal aeroportuária, o governo já precisou incluir no Orçamento desse ano a previsão de aporte de R\$ 1,5 bilhão para reforçar o caixa da empresa.

O secretário ponderou que o processo de privatização "não é 8 ou 80" e ressaltou que há muitas possibilidades para melhorar a eficiência das estatais, como fusões, extinções e parcerias. No caso de fusão, ele citou a incorporação da BB Cor Participações pela BB Corretora e da Telebrás Copa pela holding Telebrás. No caso de extinção, está em andamento o fechamento da BNDES PLC, subsidiária do banco com sede em Londres.



ENXUGAMENTO

Número de estatais deve ser reduzido em 1/3 com plano de privatização do governo. Hoje são 150 empresas públicas. Plano de venda inclui:

- **Eletrobrás**

Holding e 37 subsidiárias, com exceção da Eletronuclear

- **Casa da Moeda**

- **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg)**

- **Ceasa Minas**

- **Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)**

- **Petrobrás**

- » Nova Transportadora Nordeste (NTN)*

- » Liquigás

- » BR Distribuidora**

- » Companhia Integrada

- Têxtil de Pernambuco (Citepe)

- » Petroquímica Suape

- **Alcântara Cyclone Space - ACS*** (será extinta)**

- **BNDES PLC (em Londres) (será extinto)**

*AGUARDA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS (TAG), OUTRA SUBSIDIÁRIA DA PETROBRÁS. **ABERTURA DE CAPITAL, COM MANUTENÇÃO DO CONTROLE PELA PETROBRÁS. ***EMPRESA BINAÇÃOAL (BRASIL E UCRAÍNIA) PARA COMERCIALIZAÇÃO E LANÇAMENTO DE SATÉLITES

FUNCIONALISMO »

Governo abre prazo para adesão ao PDV

Servidores que optarem por deixar a carreira pública receberão, como incentivo, 125% do salário-base por ano trabalhado. Planejamento também estabelece regras para quem quiser solicitar licença incentivada ou redução da jornada

ANTONIO TEMÓTEO
VERABATISTA

Servidores do Executivo Federal poderão aderir, a partir de hoje, ao programa de desligamento voluntário (PDV), requerer a redução da jornada de trabalho ou solicitar licença incentivada. Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelo Ministério do Planejamento define as regras para que os funcionários da administração pública possam fazer as requisições, previstas na Medida Provisória nº 792, publicada em 27 de julho.

O PDV estará aberto até 31 de dezembro de 2017. Os servidores que desejarem se desligar do Executivo receberão, como incentivo, remuneração equivalente a 125% do salário-base, sem a incidência de auxílios, benefícios e adicionais, por ano trabalhado. Na prática, quem passou 10 anos no governo com contracheque de R\$ 10 mil, terá direito a R\$ 125 mil a título de estímulo para requerer a

exoneração. O valor será pago de maneira parcelada durante 10 meses.

O secretário executivo adjunto do Planejamento, Rodrigo Cota, explicou que pagamentos à vista aumentariam a despesa com pessoal. Ele ainda ressaltou que, nos casos em que haja conflito de interesse, o servidor que romper o vínculo com a administração pública precisará cumprir quarentena de seis meses e as normas relativas a informações privilegiadas. “A lei que trata desse tema detalha que as informações não podem ser usadas em tempo algum”, comentou.

Em algumas carreiras, entretanto, somente ocupantes de 5% dos cargos existentes poderão requerer o PDV. Entre eles estão advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do Banco Central (BC), todas as carreiras da Polícia Federal, auditores da Receita Federal, do Trabalho e agropecuários, servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Cota ainda detalhou que foi vetada a adesão de médicos peritos e de supervisores médicos peritos do INSS ao PDV. Eles também não terão direito à licença incentivada nem à redução da jornada de trabalho. Ele explicou que esses profissionais recebem um bônus para realizar avaliações de segurados da

Previdência que recebem auxílio-doença, e que esse trabalho será estendido às aposentadorias por invalidez.

Conflitos

No caso das licenças incentivadas, os requerimentos estarão disponíveis até 31 de dezembro de 2018. Quem fizer a requisição terá direito a receber o equivalente a três meses de salário, também de maneira parcelada, e se comprometerá a ficar, no mínimo, três anos fora. Esse pedido poderá ser renovado por mais três anos, mas o incentivo não será depositado novamente.

Esses servidores poderão trabalhar na iniciativa privada, desde que não haja conflito de interesse com a atividade desempenhada no Executivo Federal. “Caso seja constatado o conflito, o servidor pode perder o emprego e sofrer processado por improbidade administrativa”, alertou o secretário do Planejamento. Para trabalhar numa área em que fique caracterizado conflito de interesse, o servidor precisa cumprir quarentena de seis meses e terá direito a receber pagamento por esse período.

Os servidores que já estiverem gozando da licença para cuidar de interesses particulares (LIP) até a data da publicação da MP 792, em 27 de julho, não poderão voltar a trabalhar e requerer a licença





incentivada. O pedido só poderá ser feito após o fim da LIP. Um funcionário que solicitou a LIP por dois anos, por exemplo, e voltou após 12 meses terá de esperar um ano para requerer a licença incentivada.

Desafio

A redução de jornada estará vetada para as carreiras da Polícia Federal. Cota afirmou que as horas trabalhadas poderão ser reduzidas de oito para seis ou de oito para quatro. Apesar disso, o servidor receberá o equivalente a 30 minutos de serviço a título de incentivo. Assim, o contracheque de seis horas e meia equivalerá a 81,25% da remuneração cheia e o holerite de quatro horas e meia corresponderá a 56,25% do salário regular. O secretário ainda informou que as jornadas reduzidas poderão ser conciliadas com atividades no setor privado, desde que não haja conflito de interesses com as funções desempenhadas na administração pública.

Segundo o secretário, as medidas fazem parte de um conjunto de propostas para reduzir as despesas públicas. De acordo com ele, a reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional pode reduzir os gastos primários com benefícios para trabalhadores do



“Temos 95,14% do orçamento engessado e há um desafio fiscal enorme. Estamos atuando em várias frentes, e os servidores são convidados a dar sua contribuição espontânea nesse processo”

Rodrigo Cota, secretário executivo adjunto do Ministério do Planejamento

setor privado, do setor rural e servidores públicos, que hoje correspondem a 52,97% do total de despesas. Outras medidas, como a revisão das concessões do Bolsa Família, para coibir fraudes, e do seguro-desemprego, já foram tomadas. “Temos 95,14% do orçamento engessado e há um desafio fiscal enorme. Estamos atuando em várias frentes, e os servidores são convidados a dar sua contribuição espontânea nesse processo”, disse.

Cota ainda comentou que a adesão ao PDV, à redução de jornada ou à licença incentivada é uma decisão do servidor, sem imposição da administração pública. Ele comentou que a redução da jornada poderá ser revertida a qualquer momento. Os pedidos para diminuir o tempo de trabalho só poderão ser indeferidos pelos órgãos após a apresentação de justificativas e estudos que demonstrem a necessidade de manter o servidor por oito horas no local.





Novas regras

Portaria regulamenta programa para desligamento de servidores federais



O QUE DIZ O TEXTO

PDV

- O servidor receberá 125% da remuneração atual, multiplicada pela quantidade de anos trabalhados. Por exemplo, quem ganha R\$ 10 mil e é efetivo há 10 anos, ganhará R\$ 125 mil no total
- O pagamento não será à vista. Será dividido em parcelas mensais, como se fosse um salário
- Não entram no cálculo do PDV adicionais que não fazem parte da remuneração (insalubridade, salário-família, gratificações de chefia, entre outros)
- As regras são válidas até 31 de dezembro de 2017. Prorrogação depende de nova portaria



REDUÇÃO DE JORNADA

- O servidor pode optar em mudar a jornada de oito horas para seis ou quatro horas diárias
- O governo dará um incentivo de meia hora a mais
- Para seis horas, o trabalhador receberá 81,25% da remuneração do mês
- Para quatro horas, 56,25% do ganho mensal
- Não podem participar desse incentivo os médicos peritos do INSS e os servidores da Polícia Federal
- Caso mude de ideia, o servidor pode retornar ao horário de trabalho antigo
- Quem já estiver em processo de redução só entrará no incentivo após um ano, findo o prazo atual
- Não tem prazo de validade



LICENÇA INCENTIVADA

- O servidor receberá 3 meses de salário com o incentivo
- Tem que permanecer 3 anos fora do serviço público
- Quando regressar, pode pedir renovação, mas não receberá novo incentivo
- Quem estiver gozando da Licença para Interesse Particular (LIP) só poderá pedir a licença incentivada após o fim do prazo
- O servidor em licença incentivada contribuirá para a Previdência com a sua parte e com a parte da União caso queira aposentadoria integral
- Requerimento pode ser feito até 31 de dezembro de 2018





Atenção: Em todas as modalidades de incentivo, o servidor precisará cumprir quarentena de seis meses como determina a Lei 12.813/2016 que trata de conflito de interesse caso ocupe posto no setor privado na mesma área em que atuava no serviço público. Quem despreze a norma pode responder a processo por improbidade administrativa.



CATEGORIAS COM LIMITAÇÕES

Somente 5% dos ocupantes dos cargos existentes poderão aderir

- Servidores da Advocacia-Geral da União (AGU)
- Procuradores da Fazenda (PGFN)
- Procuradores do Banco Central
- Auditores fiscais da Receita Federal, da Previdência e do Trabalho
- Auditores fiscais agropecuários
- Agentes penitenciários federais
- Todas as carreiras do INSS



VETADOS

Servidores que não podem aderir aos três programas

- Médicos peritos
- Supervisor médico peritos

Fonte: Ministério do Planejamento